



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **MOVIMENTO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO DO ESTADO DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1950 A 1970: BREVES CONSIDERAÇÕES**

FABIANA RODRIGUES DOS SANTOS

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**RESUMO** O presente artigo objetiva, de maneira sucinta, mostrar uma visão panorâmica sobre a história e, principalmente, sobre a evolução do movimento da classe docente do ensino básico da rede pública do Estado do Piauí, desde sua origem até o movimento mais organizado. Posto isto, parte-se das seguintes interrogativas: Quais as mudanças ocorridas neste movimento?

Quais foram suas reivindicações e suas conquistas?

Almeja-se reportar a estes e outros questionamentos sobre um dos movimentos de classe, mais fortes e respeitados historicamente, deste Estado. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa bibliográfica e documental. Pretende-se, com este estudo, fornecer informações simples, porém claras e objetivas aos futuros professores, que estão em processo inicial de sua formação ou qualquer pessoa leiga, que queira inteirar-se deste tema. **Palavras-chave:**

Assistencialismo. Luta. Respeito. **ABSTRACT** This article aims, in a succinct manner, to show a panoramic vision over history and, specially, over the evolution of the docent class movement in the primary school of the public network in the state of Piauí, since the beginning until the more organized movement. That said, the following questions are submitted: which changes have happened in this movement?

What were their demands and achievements?

To answer these questions is the purpose of this article, about one of the strongest and most respected movements in the state. The simple documental and bibliographic research was used as methodology. With this study, it is intended to give simple, yet clear and objective information for the future members of this class, who are still in their initial stages in their graduation or any lay

person who wants to know about the theme. **Key-words:** Welfare. Struggle. Respect.

### **PROCESSO HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO DO ESTADO DO PIAUÍ ANOS DE 1950: DO SACERDÓCIO DOCENTE AS PRIMEIRAS MELHORIAS DE CLASSE**

Considera-se a década de 1950 como um ensaio do movimento propriamente dito, pois era difícil a luta, tanto pelo próprio sistema legislativo sindical como pela negligência dos profissionais da educação a respeito de sua situação perante a sociedade. Soma-se a isso, a convicção de que o professor deveria levar a sua profissão como sacerdócio, abnegando-se do poder de busca por melhores condições de trabalho e remuneração. Essa condição ainda era utilizada por governos que, de forma desonesta, justificavam o pouco dinheiro empregado para a manutenção do sistema educacional. Nessa época o país vivia um forte crescimento industrial, porém no estado do Piauí mantinha-se uma economia basicamente rural. Por esse motivo, o educador ainda era visto como uma peça não tão relevante para o desenvolvimento do estado. Somente a partir do final da década de 1950 é que a sociedade piauiense começa a evoluir em suas características para acompanhar as tendências do movimento industrial, influenciada pelas mudanças políticas do governo de Chagas Rodrigues (1958-1961). Isso se sucedeu porque a educação começou a receber mais atenção do estado, necessitando-se de pessoas qualificadas para assumir cargos administrativos governamentais e do setor privado. Este último, também aumentou significativamente a necessidade de mão de obra especializada, culminando com uma transformação escolar, com precedentes nunca antes vistos no Piauí, criando um caminho mais promissor para que, nas próximas décadas, o professor pudesse sonhar com um futuro melhor para eles. Neste período, observa-se a existência do Centro de Estudos e Recepção do Magistério Primário (CERMAP) de 1956, da Associação Piauiense de Professores e da Associação dos professores Secundários de Teresina (APPST) de 1959. Nenhuma destas instituições teve considerável significado sobre a luta em defesa dos trabalhadores da educação do estado do Piauí, mas foi um importante alicerce para o movimento visto que antes sequer existia este tipo de organização. Segundo Araújo (2012), "os professores envolvidos nesta fase inicial do movimento eram pessoas de grande importância sociocultural da sociedade piauiense nos anos de 1940 e 1950". O magistério desta época caracterizava-se como individualista, segundo o qual é regido no decreto lei nº 19.770/31 da Sindicalização, oriunda do governo de Getúlio Vargas (1930-1934). Esta lei regulava a sindicalização das classes, entretanto, as organizações limitavam-se pelas forças do Estado que controlava toda e qualquer manifestação que a ele se opusesse, tornando-se mais difícil a criação de uma identidade que realmente tivesse voz para reivindicar os direitos legítimos dos docentes. Consoante este decreto, estimulava-se a criação destas instituições, contudo esta não era de fato real, pois funcionavam como um braço do Estado entre os docentes. A elite política piauiense, restrita a algumas famílias, dominava tanto a política quanto a economia

do estado, ou seja, o resto da sociedade não participava das decisões mais importantes, em todas as áreas do poder público, incluindo a educação. Conforme Araújo, “no início do século XX, a sociedade brasileira passou por mudanças socioculturais, advindas de um novo ciclo econômico, o industrial”. Isso levou a escola a se ater a necessidade de desenvolver uma pedagogia direcionada para o setor trabalhista desta indústria, recém-formulada. Este fato coagiu o governo a iniciar importantes mudanças no setor educacional, visando melhorar a instrução desta nova mão de obra que necessitava de um maior conhecimento técnico.

No Piauí, como observa Araújo (2012, p. 27) no:

[...] contexto de predomínio das manifestações do urbano sobre o rural, a ampliação do acesso ao ensino secundário teria início na década de 1940, com uma sensível mudança nos níveis de escolarização da sociedade. Sobretudo em Teresina e Parnaíba, nessa década, havia um número expressivo de estabelecimentos de ensino secundário. Mas, à grande parcela das classes populares, somente era possível até então o acesso ao ensino primário. Uma diferença marcante entre os que deveriam ler e escrever e aqueles que, além dessas atividades, deveriam atuar na condução da sociedade. No final desta década, há o crescimento no número de novos sindicatos no Piauí que, em sua maioria, representavam realmente os trabalhadores e uma parcela deles era composta por integrantes do movimento reformista aliado a área nacionalista do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB. A situação dos professores neste período era muito precária, Olímpio (2003, p. 19) pontua que:

O salário do professor primário não alcançava a metade do salário mínimo. Apesar dos protestos isolados dos professores Cristina Leite e Tito Filho, essa situação perduraria por muito tempo. No dia 13 de setembro de 1959, a apática Associação dos Professores Secundários de Teresina (APPST) era transformada em Sindicato, conforme Carta expedida pelo Ministério do Trabalho. Presidia a entidade o professor Celso Barros Coelho, que convocou logo eleições para a renovação da diretoria. Depois disso não se ouviu mais falar nessa entidade. Antes, em 1957, já se tinha notícias de uma Associação Piauiense de Professores, da qual era presidente o professor Cláudio Ferreira. Olímpio (2003) cita ainda que no governo de Chagas Rodrigues (1959-1962) houve algumas melhorias para categoria, entretanto, teve também muitas demissões, suspensão do pagamento das aulas excedentes

no período de férias, conflitos e perseguições, etc. Estas perseguições e descaso para com os professores acenderam reações em alguns deles que, obtendo considerável vitória perante a lei, instigaram os outros a entrar também na luta a favor das reivindicações de seus direitos trabalhistas, preparando a classe docente para os anos de 1960. **ANOS DE 1960: DAS PRIMEIRAS REIVINDICAÇÕES AS REPRESSÕES DO GOLPE MILITAR E O PERÍODO DA APEMOP** No início da década de 1960, crescia o montante organizacional dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. O movimento que ocorria em todo o país, em torno das reivindicações populares para a Reforma de Base no âmbito econômico, educacional, agrário e na própria estrutura da sociedade, deu mais força para que a concentração da categoria pudesse levantar a bandeira em defesa dos professores do estado do Piauí. O envolvimento deste profissional na luta, veio por consequência do descaso do governo estadual, em relação à baixa remuneração desta classe. Com a conquista da classe em prol da intervenção do então desembargador Fernando Lages, durante o governo de Chagas Rodrigues, no início de 1960, realmente as duas classes de professor, primário e secundário, chegaram a conquistar algum reconhecimento momentâneo, fazendo-os a aspirar um ar de vitória e entender que só um grupo unido poderia manter esse momento mais duradouro. Porém, os anos passaram sem nenhuma melhora significativa, amargando uma época de grande exploração, apesar de alguns professores tomarem a luta para si, entre eles Arimathéa Tito Filho, que fora uma das figuras mais atuantes em defesa do movimento. No ano de 1963, numa reunião dos secretários de educação dos estados com o então presidente João Goulart (196-1964), estipulou-se um convênio entre a União e os Estados da Federação referente a uma considerável quantia para a manutenção da educação. Contudo os recursos só foram utilizados para melhorar a estrutura física, suprimindo a questão da melhoria da remuneração do professor. No ano de 1964, a classe entrou em greve e o ano que a antecedeu foi marcado por uma conjuntura de importantes reivindicações sociais no Piauí, podendo isso ter interferido na disposição de luta dos professores. Neste mesmo ano, no dia 9 de abril, os militares tomaram o poder pela força das armas, depondo o presidente João Goulart e implantando um regime ditatorial que durariam 21 anos, um dos períodos mais obscuros da história brasileira. Neste cenário, os professores sofriam

ainda mais pela perseguição e pela censura imposta para reforçar o Golpe Militar, pois eles se viam apenas como um mero trabalhador mal remunerado e considerado como pária para a sociedade, uma vez que com a indiferença dos gestores da época reforçava o abandono do profissional e de suas funções. No governo de Helvídio Nunes de Barros (1966-1970) a situação do magistério agravou-se. Mesmo com o movimento dos professores, a exploração ao profissional de ensino continuava explicitamente revoltante. Assim, em abril de 1967, um grupo de professores resolveu enfrentar a dura realidade e partiu em defesa dos direitos do magistério, percorrendo um caminho difícil na luta pela própria conscientização com o intuito de combater a indiferença de sua humilhante condição perante o governo. Em 25 de novembro de 1967, numa das salas do Liceu Piauiense, era criada a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado do Piauí (APEMOP), que tinha como sua primeira presidente a professora Cristina Leite, denotando a participação de diversos meios da sociedade, em apoio à criação e divulgação dessa entidade. Em 1968, o Movimento teve várias tentativas de negociação com o governo de Petrônio Portela (1979-1982) sobre suas reivindicações, porém sem sucesso. Apesar disto, os professores lançaram a segunda paralisação da categoria, sendo a primeira greve de professores do ensino secundário da rede pública estadual de educação. Assim, em dezembro desse mesmo ano, o regime militar intensificou-se em função do Ato Institucional nº 5 (AI 5) que proibia atividades ou manifestação de conteúdo político e a liberdade era vigiada, a censura atingia a imprensa, a música, o teatro, o cinema e, conseqüentemente, a educação. Os movimentos sociais viviam restrições de uma época de perseguições e terror contra quem era oposição ao regime militar. **ANOS DE 1970: OS ANOS DOURADOS DO MOVIMENTO NA ERA DA APEP** Em janeiro de 1970, os professores Olímpio Castro (Presidente da APEMOP) e Benjamim Soares de Carvalho, redigiram o Estatuto do Pessoal Docente, de nível médio, que reivindicava não só a melhoria da estrutura física da educação, mas também a melhoria dos direitos da classe. Em 04 de agosto de 1973, após ser reformulado o estatuto da APEMOP é fundada a Associação dos Professores Piauienses (APEP), em meio a uma assembleia geral. Durante o governo de Alberto Tavares Silva, em seu primeiro mandato (1971-1975), considerado um novo tempo para o magistério piauiense, houve uma reforma educacional, não apenas na parte da

estrutura física educacional, mas principalmente no tocante a valorização dos profissionais do magistério, em conjunto com as lutas do movimento e a gestão deste. Este foi o “período de ouro” para os professores, onde houve participação e influência deles nas decisões do governo estadual, nas medidas na área da educação, concedidas com o trabalho de Wall Ferraz, Secretário da Educação deste governo, orientado pelos diretores desta associação, profissionais ativos na luta a favor destes trabalhadores. No período conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”, houve grande número de adesão a APEP, existindo uma maior colaboração governamental para com seus líderes e destes para com o governo atual. Os membros da APEP são nomeados para compor a Comissão Mista e redigir o Anteprojeto de Lei do Estatuto do Magistério. A existência do Estatuto do Magistério, no governo Dirceu Arcoverde (1973-1978), não fora suficiente para assegurar o cumprimento de suas determinações. O Magistério volta a insistir nas questões referentes ao seu Plano de Carreira e à situação funcional inseridas no Estatuto. Em meados de 1979, inicia-se uma das piores fases do movimento dos professores, denominada por Olímpio (2003) “como Política do Ódio”, tendo como governador Lucídio Portella (1979-1982). Neste período o movimento sindical operário ressurgiu com greves. Os trabalhadores saem às ruas em luta por melhores salários e condições de trabalhos mais dignas. Na prática, há uma quebra nas “boas relações” entre lideranças da APEP e o governo estadual, inaugurando uma segunda fase de aprendizado sindical e político de suas lutas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** O Movimento de Professores nasceu frágil em uma época turbulenta, porém, com o passar dos anos, ganhou forças e em 1956 surgiu o Centro de Estudos e Recepção do Magistério Primário (CERMAP) o qual clamava por reivindicações na área da educação. Em 1973, após a reformulação do estatuto da Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado do Piauí (APEMOP) é fundada a Associação dos Professores Piauienses (APEP), através da luta dos professores e o apoio do governo de Alberto Silva em seu primeiro mandato (1971-1975), em plena pior fase histórica de nosso país, a ditadura. Encontrando o quase término da ditadura e ultrapassando a época de intolerância do governo de Lucídio Portella em plena era do Ato Institucional nº 5 (AI 5) em 1968, o movimento volta a crescer e um grande número de professores se associaram por crer na força da união. As condições arbitrárias encontradas durante este período impôs aos

profissionais da educação do nosso estado a levantar-se contra a opressão em que viviam, ganhando não só as batalhas em prol desta guerra, mas, principalmente, o respeito e o reconhecimento diante de seus companheiros docentes e da sociedade piauiense. Mas nem tudo foram flores, houve perseguições, injustiças e maus tratos. Muitos passaram privações, mas não abriram mão de seus ideais, o que não se viu manifestado em todos. Aqueles que abriram mão destes mesmos ideais abriram mão da luta de uma classe inteira, perdendo assim, não só o movimento, mas também toda uma sociedade, pois o que afeta o sistema educacional reflete em todos os outros sistemas, pois como disse Émile Durkheim: *“a educação é uma função coletiva, que visa ao bem social. A sociedade e cada meio social particular determinam o ideal que a educação realiza”*. Conclui-se que a luta docente do ensino básico do estado do Piauí, mesmo tirando por base apenas os anos de 1950 a 1970, já demonstrava uma evolução considerável, acarretando assim uma mudança no pensamento e na organização dos que vivenciaram esta época, levando-os a lutar pelos seus direitos em um movimento que aprendeu a se organizar como classe. Portanto, almeja-se que o resultado deste trabalho, abrangendo os trinta primeiros anos do movimento docente, venha servir de referência não só a quem pretenda pesquisá-lo para entendê-lo, mas também que sirva de inspiração para os futuros companheiros docentes que darão continuidade a este antigo, porém sempre atual sonho de melhoria das condições de trabalho, melhoria das condições da educação do nosso estado e do nosso país.

**REFERÊNCIAS** ARAÚJO, Romildo de Castro. **A constituição do corpo docente do ensino secundário do Piauí (1942-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina-2012. ILUSTRAÇÕES: **02 e 10**, Disponíveis em [www.piauiportal.com](http://www.piauiportal.com)

[piauiportal.com](http://www.piauiportal.com)

em 23/06/2014. DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10ª ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos, 1975. OLÍMPIO, José. **APEP: Organizações, Lutas e Conquistas**, 1ª Edição, Teresina, 2003. SIQUEIRA, Clementino. Fotos **disponíveis** em [www.clementinosiqueira.com](http://www.clementinosiqueira.com)

[clementinosiqueira.com](http://www.clementinosiqueira.com)

.br

em 23/06/2014. SANTOS, Kleber Montezuma Fagundes dos. **O movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina 91978/82** – Teresina: Halley S/A Gráfica e Editora. 1996.

**Autora** Fabiana Rodrigues dos Santos \*Graduanda do sétimo período do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPI, bolsista PIBID-UFPI, membro do Grupo de Estudos Roda Griô- Gênero, Educação e Afrodescendência e membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Epistemologia da Prática Profissional (NIPEPP), vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CCE)  
**Orientadora** Jane Bezerra de Sousa Professora adjunta na Universidade Federal do Piauí da disciplina História da Educação, graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia e História, mestre em Educação (UFPI) , Doutora em Educação (UFU).

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: